



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000348486

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1002304-19.2024.8.26.0032/50000, da Comarca de Araçatuba, em que é embargante VALÉRIA RIBEIRO DE ASSIS, é embargado BANCO TRIÂNGULO S.A..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Não conheceram dos embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores TASSO DUARTE DE MELO (Presidente sem voto), MÁRCIA TESSITORE E GUILHERME SANTINI TEODORO.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

JOÃO BATTAUS NETO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Embargos de Declaração nº 1012489-82.2024.8.26.0011/50000

Embargante: Valéria Ribeiro de Assis

Embargado: Banco Triângulo S/A

Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II

Voto nº 3326

EMENTA: Embargos de Declaração –
Conteúdo infringente reconhecido
Omissão não verificada – Recurso não
conhecido.

Trata-se de embargos de declaração opostos contra o v. Acórdão de fls. 698/711 que, por unanimidade, não deu provimento ao recurso de apelação interposto pela embargante.

Busca a embargante o acolhimento de seus embargos, sustentando que: a) há omissão pela ausência de intimação quanto à inclusão do feito na sessão de julgamento virtual; b) há omissão quanto ao fato de que um dos imóveis adquiridos pela Embargante (matrícula nº 85.280), e objeto do pedido de arresto, não era de propriedade da empresa supostamente sucedida, mas do sócio Igor; c) não estão preenchidos os requisitos do artigo 1.146 do Código Civil; d) houve o fornecimento de materiais pela matriz para a filial, além de confissão de fechamento da empresa NCM Tozzi.

Recurso tempestivo e isento de preparo,

dispensada a apresentação de contraminuta.

É a síntese do necessário.

Recebo os embargos, pois tempestivos.

Em relação à suposta omissão quanto à oposição ao julgamento virtual, tenho que os embargos não devem ser conhecidos.

Em face da distribuição do processo ao Núcleo de Justiça 4.0 (fls. 697), diferentemente do que afirma a embargante, houve nova publicação no DJE de 05/03/2025 em nome da advogada Dr^a Juliana Ferreira Bezerra Araujo, com expressa determinação para que as partes se manifestassem a respeito da oposição ao Julgamento Virtual.

Referido comando não pode simplesmente ser ignorado, de modo que o silêncio do embargante, diante da reabertura do prazo para apresentação da oposição, permitiu conclusão no sentido de que abriu mão da oposição anteriormente formulada a fim de viabilizar o julgamento mais célere do recurso.

Além disso, a manifestação de fls. 696 indica ausência de oposição da parte ao julgamento virtual, como expressamente alegado por ela própria.

No mérito, não os conheço ante o manifesto caráter infringente, sabidamente proscrito. Além disso, cumpre anotar a inexistência das omissões apontadas pela

embargante. O acórdão conferiu à lide o desfecho segundo a fundamentação que nele foi adotada, não se podendo caracterizar como omissão o simples fato de não ter sido examinada alguma alegação apresentada pela parte. Nesse sentido: *"[Os embargos declaratórios] não servem para compelir o Juízo a responder, localizada e individualmente, a cada argumento ou alegação das partes, o que não é obrigação do julgador, a quem mais não se exige do que a suficiente e racional motivação do decisum* (Emb. Decl. na Apel. nº 587.049.8000, relator Desembargador Adroaldo Furtado Fabrício; RJTJRS 131/251).

Com efeito, não se deve confundir omissão no pronunciamento com a omissão da motivação. A omissão deve recair sobre as conclusões da demanda e não sobre suas razões. O ponto omissó é aquele que recai sobre a parte dispositiva do julgado, ou seja, sobre o ponto que deveria ser decidido e não foi. Não diz respeito aos argumentos das partes que podem ser modificados ou rejeitados implicitamente.

Da mesma forma, não se pode perder de vista que o efeito infringente é sabidamente proscrito, parecendo oportuna a transcrição dos seguintes arestos: *"Se solução não é a correta, como apenas para argumentar se admite, ela não comporta acerto pela via eleita. Embargos adquirem natureza infringente, insuscetível de acolhimento. Pretende-se, verdadeiramente, reapreciação do tema nos quadrantes que almeja, mas 'não se admitem embargos de declaração infringentes, isto é, que a pretexto de esclarecer ou completar o*

julgado anterior, na realidade buscam alterá-lo.' (RTJ 90, 659; RSTJ 109/365; RT 527/240). Prestam-se os embargos a esclarecer, se existentes, dúvidas, omissões ou contradições no julgado. Não para que se conforme a decisão ao entendimento do embargante (STJ ED MS Resp 14.124-DF, in DJ-e de 11.02.11). De outra parte, '... doutrina e jurisprudência têm admitido o uso de embargos declaratórios com efeito infringente do julgado, mas apenas em caráter excepcional, quando manifesto o equívoco e não existindo no sistema legal, outro recurso para a correção do erro cometido.' (STJ REsp nº 1.77-SP Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO j. De 13.03.90 DJU de 09.04.90, p. 2.745, no mesmo sentido: EDcl. Nos EDcl. no AgRg. no Ag. nº 253.727-SP Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS j. de 07.08.01 DJU de 08.10.01, p. 168 e EDcl. no AREsp. nº 204.565 Rel. Min. SIDNEI BENETI DJU de 23.11.12), qualidades que o acórdão ora em reexame não apresenta, restando sempre abertas, em tese, as portas das instâncias especial e extraordinária. Exauriu-se a prestação jurisdicional de segundo grau com o v. aresto embargado. Qualquer alteração do que lá restou decidido só será possível pelas vias processuais cabíveis, nessas não se incluindo, como é óbvio, os embargos de declaração." (Embargos de Declaração n.º 0050054-88.2012, Rel. Des. Evaristo dos Santos, j. 23/09/2013).

Além disso, destaca-se que a alegação de cerceamento de defesa é expressamente analisada às fls. 256/258, conferindo-se o entendimento de que "[...] a análise do perfil de transações do consumidor pode ser efetuada a partir das

provas juntadas em conjunto com a petição inicial (fls. 36/40), mostrando-se desnecessária a dilação probatória nesse sentido. Tenho como rejeitada a preliminar suscitada em sede recursal.”.

Entendendo que o acórdão contraria o ordenamento jurídico ou elementos dos autos, cabe à parte lançar mão dos recursos extraordinários (Recurso Extraordinário e Recurso Especial) que entenda pertinentes, não se podendo atribuir aos embargos de declaração o caráter infringente pretendido.

Por derradeiro, dou por prequestionadas as matérias suscitadas pela embargante.

Importa ressaltar que o aresto impugnado analisou a matéria debatida, configurando o pressuposto necessário a viabilização da admissão de eventuais recursos especial e extraordinário a serem interpostos pela embargante.

No mesmo sentido, assinalou a Ministra Nancy Andrighi, nos Embargos de Declaração no REsp 770.746/RJ: *“O julgador não pode ser compelido a adentrar todos os matizes jurídicos suscitados pelas partes. Basta-lhe decidir fundamentadamente as questões pertinentes à solução da controvérsia, o que encerra a sua prestação jurisdicional, não incorrendo nas hipóteses ensejadoras ao art. 535 do CPC.”*

Ademais, para que se tenha por configurado o pressuposto do prequestionamento, é bastante que o tribunal de origem haja debatido e decidido questão federal controvertida, não se exigindo expressa menção ao dispositivo legal pretensamente violado no especial (RT 659/192).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, **NÃO CONHEÇO** dos
embargos.

JOÃO BATTAUS NETO

Relator